

## SUMÁRIO

---

|                                        |   |
|----------------------------------------|---|
| EDIÇÃO N. 56: TÍTULOS DE CRÉDITO ..... | 2 |
|----------------------------------------|---|

Edição n. 56 Brasília, 27 de abril de 2016

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 11/03/2016.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

## EDIÇÃO N. 56: TÍTULOS DE CRÉDITO

---

### 1. Os títulos de crédito com força executiva podem ser cobrados por meio de processo de conhecimento, execução ou ação monitória.

Julgados: [AgRg no AREsp 456841/SP](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 14/12/2015; [AgRg no REsp 1508197/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 26/10/2015; [AgRg no REsp 1189134/MT](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 28/08/2015; [AgRg nos EDcl no AREsp 118562/RS](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 09/06/2015; [REsp 1405500/MA](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 17/06/2014; [AgRg no AREsp 403996/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 13/02/2014; [REsp 1367362/DF](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 08/05/2013; [AgRg no REsp 1209717/SC](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 17/09/2012;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 495)

**2. O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do devedor principal do título de crédito prescrito é quinquenal nos termos do art. 206, § 5º, I, do Código Civil, independentemente da relação jurídica fundamental.**

Julgados: [AgRg nos EDcl no REsp 1370373/DF](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 17/02/2016; [AgRg nos EDcl no REsp 1312124/MG](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 11/12/2015; [AgRg no AREsp 676533/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 11/12/2015; [AgRg no AREsp 677778/SC](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 26/11/2015; [AgRg nos EDcl no AREsp 476739/RO](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 18/03/2015; [REsp 1262056/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 03/02/2014; [REsp 1101412/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 03/02/2014; [REsp 1339874/RS](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 16/10/2012;

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 533 e 533) (Vide Súmulas Anotadas N. 503/STJ e N. 504/STJ) (Vide Jurisprudência em Teses N. 18 - TEMA 1)

**3. As duplicatas virtuais possuem força executiva, desde que acompanhadas dos instrumentos de protesto por indicação e dos comprovantes de entrega da mercadoria e da prestação do serviço.**

Julgados: [AgRg no REsp 1559824/MG](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 11/12/2015; [AgRg no AREsp 646570/MT](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 27/10/2015; [REsp 1354776/MG](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 08/09/2014; [REsp 1024691/PR](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 29/10/2012; [REsp 1024691/PR](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 12/04/2011; [REsp 1037819/MT](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJE 10/03/2010;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 502)

**4. O devedor do título crédito não pode opor contra o endossatário as exceções pessoais que possuía em face do credor originário, limitando-se tal defesa aos aspectos formais e materiais do título, salvo na hipótese de má-fé.**

Julgados: [REsp 1231856/PR](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 08/03/2016; [AgRg no AREsp 724963/DF](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 09/12/2015; [REsp 1382609/SC](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 23/09/2015; [REsp 889713/RS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 17/11/2014; [AgRg no AREsp 055950/DF](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 28/08/2013;

## 5. O devedor pode alegar contra a empresa de *factoring* as exceções pessoais originalmente oponíveis contra o emitente do título.

Julgados: [AgRg no AREsp 118372/RS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 07/03/2016; [AgRg no AREsp 778255/RJ](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 04/02/2016; [AgRg no REsp 1386200/RS](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 07/12/2015; [AgRg no Ag 1406607/RS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 29/09/2015; [AgRg no AREsp 456962/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 12/08/2015; [AgRg no REsp 1477400/ES](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJE 17/08/2015; [REsp 1439749/RS](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 15/06/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 564)

## 6. A cambial emitida ou aceita com omissões, ou em branco, pode ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto. (Súmula n. 387/STF)

Julgados: [REsp 701711/DF](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 01/08/2014; [REsp 870704/SC](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 01/08/2011; [REsp 1003371/MS](#), Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJE 10/09/2010; [REsp 861009/SC](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 29/03/2010; [REsp 598891/GO](#), Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Rel. p/ Acórdão Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, DJ 12/06/2006;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 477)

## 7. O avalista do título de crédito vinculado a contrato de mútuo também responde pelas obrigações pactuadas, quando no contrato figurar como devedor solidário. (Súmula n. 26/STJ)

Julgados: [AgRg nos EDcl no REsp 1405899/SP](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 03/12/2013; [REsp 1218410/SC](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 11/11/2013; [AgRg no AREsp 271898/SP](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 15/04/2013; [AgRg no REsp 795071/PR](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 22/09/2011; [REsp 199058/SP](#), Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, DJ 10/12/2007; [REsp 1296777/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 09/11/2012; [Ag 827714/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, QUARTA TURMA, Publicado em 12/03/2007;

(Vide Súmula Anotada N. 26/STJ)

**8. O avalista não responde por dívida estabelecida em título de crédito prescrito, salvo se comprovado que auferiu benefício com a dívida.**

Julgados: [AgRg no REsp 1069635/MG](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 01/09/2014; [AgRg no REsp 1183696/MT](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 21/09/2012; [AgRg no REsp 1209815/MT](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJE 02/08/2012; [REsp 896543/MG](#), Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJE 26/04/2010; [AgRg no REsp 849102/SP](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 02/09/2009; [REsp 1022068/SP](#), Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJE 02/02/2009; [AgRg no Ag 549924/MG](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJ 05/04/2004;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 430) (Vide Jurisprudência em Teses N. 21 - TEMA 1)

**9. É válido o aval prestado por pessoa física nas cédulas de crédito rural, pois a vedação contida no § 3º do art. 60 do Decreto-Lei n. 167/67 não alcança o referido título, sendo aplicável apenas às notas promissórias e duplicatas rurais.**

Julgados: [AgRg no REsp 1562179/RS](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 21/03/2016; [AgRg no AREsp 721632/MS](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 09/12/2015; [REsp 1483853/MS](#), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJE 18/11/2014; [EDcl no REsp 1526482/MG](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 23/11/2015; [AgRg no REsp 1538456/PR](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 23/10/2015; [AgRg no AREsp 741088/RS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 23/10/2015; [EDcl no REsp 1440440/RS](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 28/08/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 559)

**10. A autonomia do aval não se confunde com a abstração do título de crédito e, portanto, independe de sua circulação.**

Julgados: [CC 142726/GO](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 01/03/2016; [REsp 1436245/MG](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 23/03/2015; [AgRg no REsp 1428587/MT](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 24/02/2015; [AgRg no AREsp 295719/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 14/04/2014; [REsp 1305637/PR](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 02/10/2013; [AgRg nos EDcl no REsp 1280036/SP](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 05/09/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 532)

## 11. É indevido o protesto de título de crédito prescrito.

Julgados: [EDcl no REsp 1346296/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 07/12/2015; [AgRg no REsp 1483004/AM](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 11/09/2015; [AgRg no REsp 1362732/DF](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 24/08/2015; [AgRg no REsp 1232650/DF](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 13/08/2015; [AgRg no AREsp 593208/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 19/12/2014; [AgRg no AREsp 270557/RJ](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 19/05/2014; [REsp 1256566/MS](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 01/04/2014;

## 12. O endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário. (Súmula n. 476/STJ) (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/73 - Tema 463)

Julgados: [AgRg no AREsp 766436/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 29/10/2015; [AgRg no AREsp 595067/PB](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 20/10/2015; [AgRg no Ag 904839/RJ](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 14/05/2015; [AgRg no REsp 1340245/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 23/04/2015; [AgRg nos EDcl no REsp 795425/RS](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 23/02/2015; [AgRg no AREsp 158938/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 29/10/2014; [AgRg no REsp 1327665/AL](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 13/06/2014; [AgRg no AREsp 293194/GO](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 03/05/2013; [REsp 1063474/RS](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 17/11/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 484) (Vide Súmula Anotada N. 476/STJ) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

**13. Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas. (Súmula n. 475/STJ) (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/73 - Tema 465)**

Julgados: [AgRg no Ag 1420287/SC](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 15/10/2015; [AgRg no Ag 1404834/PR](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 14/04/2015; [AgRg no AREsp 176325/SP](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 24/11/2014; [AgRg no AREsp 421577/SP](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 18/03/2014; [AgRg no AREsp 022880/SP](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 08/10/2012; [EDcl no REsp 931709/SP](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 14/09/2011; [AgRg no Ag 1211212/SP](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJE 04/03/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 484) (Vide Súmula Anotada N. 475/STJ)

**14. O protesto indevido de título enseja indenização por dano moral que se configura *in re ipsa*.**

Julgados: [AgRg no AREsp 718767/RJ](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 22/02/2016; [AgRg no AREsp 796447/RS](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 16/02/2016; [EDcl no REsp 1346296/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 07/12/2015; [AgRg no REsp 1232650/DF](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 13/08/2015; [AgRg no AREsp 550357/RS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 14/05/2015; [AgRg no REsp 1414645/SC](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 12/02/2015; [AgRg no AREsp 501533/DF](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 13/06/2014; [AgRg no AREsp 270557/RJ](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 19/05/2014; [AgRg no AREsp 392460/SP](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJE 08/04/2014;

(Vide Pesquisa Pronta)

## 15. A prescrição da pretensão executória de título cambial não enseja o cancelamento automático de anterior protesto regularmente lavrado e registrado.

Julgados: [REsp 813381/SP](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 20/05/2015; [REsp 369470/SP](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJE 23/11/2009; [REsp 671486/PE](#), Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, DJ 25/04/2005; [REsp 1489564/DF](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, Publicado em 12/05/2015; [REsp 1302117/DF](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, Publicado em 05/05/2015; [AREsp 412008/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, Publicado em 03/06/2014; [AREsp 019835/RS](#) (decisão monocrática), TERCEIRA TURMA, Publicado em 08/05/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 415)

## 16. Incumbe ao devedor providenciar o cancelamento do protesto após a quitação da dívida, salvo pactuação expressa em contrário. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/73 - Tema 725)

Julgados: [AgRg no Ag 1419110/SP](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 28/09/2015; [AgRg no REsp 1414249/SC](#), Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJE 10/03/2015; [AgRg no REsp 906875/RS](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 21/08/2013; [REsp 1339436/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 24/09/2014; [AgRg no AREsp 493196/RS](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 09/06/2014; [AgRg no REsp 1417255/MG](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 05/03/2014; [AgRg no AREsp 227929/MS](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJE 25/10/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 549) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

## 17. A vinculação da nota promissória a um contrato retira-lhe a autonomia de título cambial, mas não a sua executóriedade, desde que a avença seja líquida, certa e exigível.

Julgados: [AgRg nos EDcl no REsp 1367833/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 19/02/2016; [EDcl no Ag 1120546/MG](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJE 20/06/2011; [REsp 861009/SC](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 29/03/2010; [REsp 999577/MG](#), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJE 06/04/2010; [AREsp 415391/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, Publicado em 07/03/2016; [REsp 1331787/SP](#) (decisão monocrática), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Publicado em 04/08/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 425)

## 18. A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou. (Súmula n. 258/STJ)

Julgados: [AgRg nos EDcl no REsp 1367833/SP](#), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJE 19/02/2016; [AgRg no Ag 1311514/TO](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 22/04/2014; [AgRg no REsp 864481/SC](#), Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE 25/10/2013; [REsp 1022034/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 18/04/2013; [EDcl no REsp 332819/MG](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 04/02/2013; [REsp 798154/PR](#), Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJE 11/05/2012;

(Vide Súmula Anotada N. 258/STJ)

## 19. É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste. (Súmula n. 60/STJ)

Julgados: [REsp 1084640/SP](#), Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 29/09/2015; [AgRg no REsp 1168114/SC](#), Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJE 23/09/2013; [AgRg no AREsp 031336/PR](#), Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJE 10/09/2013; [REsp 302142/MG](#), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 22/11/2011; [AgRg no REsp 780936/RS](#), Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, DJE 19/05/2010; [REsp 537652/RJ](#), Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJE 21/09/2009; [AgRg no Ag 743187/PR](#), Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, DJE 04/06/2009; [AgRg no Ag 841899/SP](#), Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJE 27/04/2009; [AgRg no Ag 1062888/SP](#), Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE 08/10/2008; [AgRg no Ag 923709/PR](#), Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJE 19/05/2008;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 570) (Vide Súmula Anotada N. 60/STJ)